

**Tucano F5 Geração de Energias LTDA.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**

## **ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis ..... 1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balanços patrimoniais ..... 3

Demonstrações dos resultados ..... 4

Demonstrações dos resultados abrangentes ..... 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa ..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis ..... 8

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Tucano F5 Geração de Energias LTDA.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F5 Geração de Energias LTDA. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



# EY

Building a better  
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

## TUCANO F5 GERAÇÃO DE ENERGIAS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20	64
Outros tributos a recuperar		1	1
Despesas antecipadas		78	125
Contas a receber partes relacionadas	4	28	-
Outros ativos		216	131
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>343</b>	<b>321</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Despesas antecipadas		-	78
Imobilizado, líquido	5	82.816	68.826
Intangível, líquido		1.411	3.121
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>84.227</b>	<b>72.025</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>84.570</b>	<b>72.346</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	6	7.973	36
Outros tributos a pagar		1	1
Contas a pagar partes relacionadas	4	1.159	1.137
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.133</b>	<b>1.174</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Outras obrigações	7	1.857	36
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.857</b>	<b>36</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social subscrito e integralizado		79.666	74.177
Prejuízos acumulados		(6.086)	(3.041)
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>73.580</b>	<b>71.136</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>84.570</b>	<b>72.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F5 GERAÇÃO DE ENERGIAS LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Gerais e administrativas	<b>9</b>	(2.531)	(2.631)
Outras (despesas) receitas operacionais	<b>10</b>	(361)	4
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(2.892)</b>	<b>(2.627)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(2.892)</b>	<b>(2.627)</b>
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(153)	(128)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>11</b>	<b>(153)</b>	<b>(128)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(3.045)</b>	<b>(2.755)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.045)</b>	<b>(2.755)</b>

**TUCANO F5 GERAÇÃO DE ENERGIAS LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.045)</b>	<b>(2.755)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(3.045)</b>	<b>(2.755)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO F5 GERAÇÃO DE ENERGIAS LTDA.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>66.535</b>	<b>(286)</b>	<b>66.249</b>
Integralização de capital		7.642	-	7.642
Prejuízo do exercício		-	(2.755)	(2.755)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8</b>	<b>74.177</b>	<b>(3.041)</b>	<b>71.136</b>
Integralização de capital		5.489	-	5.489
Prejuízo do exercício		-	(3.045)	(3.045)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>79.666</b>	<b>(6.086)</b>	<b>73.580</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## TUCANO F5 GERAÇÃO DE ENERGIAS LTDA.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<b><u>Atividades operacionais:</u></b>			
Prejuízo do Exercício		(3.045)	(2.755)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9	2.507 (538)	2.620 (135)
<b>Varição de ativos e passivos operacionais:</b>			
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<b>9.704</b>	<b>1.238</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<b>9.166</b>	<b>1.103</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(14.699)	(8.713)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
		<b>(14.699)</b>	<b>(8.713)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>			
Integralização de capital	8	5.489	7.642
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>			
		<b>5.489</b>	<b>7.642</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(44)	32
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		64	32
		<b>20</b>	<b>64</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F5 Geração de Energias Ltda. (“Empresa”), está localizada na Fazenda Alto Bonito, s/nº, Zona Rural, na cidade de Tucano, Estado da Bahia. Foi constituída em 30 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 8.820, 8.824, 8.826, 8.827 e 8.829 de 19 de maio de 2020 a ANEEL autorizou a Empresa por 35 anos a implantar e explorar as Central Geradora Eólica Tucano V, Central Geradora Eólica Tucano IX, Central Geradora Eólica Tucano XI, Central Geradora Eólica Tucano XIII e Central Geradora Eólica Tucano XVII, sob o regime de produção independente de Energia Elétrica, localizada no município de Tucano, no estado da Bahia. Atualmente, o parque se encontra em construção com previsão para a entrada em operação a partir de janeiro de 2025.

Em 30 de novembro de 2023, a Empresa passou a ser controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de junho de 2024, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Quotistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Empresa considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$8.790, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Empresa dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Empresa, podendo sofrer alterações.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Empresa avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Empresa foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Empresa pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Numerário disponível	20	64
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>64</b>

## 4 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Contas a receber partes relacionadas</b>		
<b>Almoxarifado</b>		
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	28	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>28</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Contas a pagar partes relacionadas</b>		
<b>Condomínio</b>		
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	30	716
<b>Contas a pagar - Capitalização de mão de obra própria</b>		
AES Brasil Operações S.A. (i)	1.129	421
<b>Total passivo</b>	<b>1.159</b>	<b>1.137</b>

- (i) Refere-se a rateio de despesas de mão de obra própria capitalizados em imobilizado em curso.

## 5 IMOBILIZADO

A Empresa utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Empresa deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,0%	33.682	(2.644)	31.038
Máquinas e equipamentos	4,0%	36.390	(2.679)	33.711
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>70.072</b>	<b>(5.323)</b>	<b>64.749</b>
Imobilizado em curso (i)		18.067	-	18.067
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>		<b>88.139</b>	<b>(5.323)</b>	<b>82.816</b>
<b>Total</b>		<b>88.139</b>	<b>(5.323)</b>	<b>82.816</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Provisão para desmobilização	Adições	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.287	-	-	395	33.682
Máquinas e equipamentos	34.508	1.810	-	72	36.390
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>67.795</b>	<b>1.810</b>	-	<b>467</b>	<b>70.072</b>
Imobilizado em curso	3.847	-	14.699	(479)	18.067
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>71.642</b>	<b>1.810</b>	<b>14.699</b>	<b>(12)</b>	<b>88.139</b>
<b>Subtotal</b>	<b>71.642</b>	<b>1.810</b>	<b>14.699</b>	<b>(12)</b>	<b>88.139</b>
Depreciação	(2.816)	-	(2.507)	-	(5.323)
<b>Total líquido</b>	<b>68.826</b>	<b>1.810</b>	<b>12.192</b>	<b>(12)</b>	<b>82.816</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	26.232	-	7.055	33.287
Máquinas e equipamentos	32.736	-	1.772	34.508
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>58.968</b>	-	<b>8.827</b>	<b>67.795</b>
Imobilizado em curso	5.964	7.277	(9.394)	3.847
<b>Bens vinculados às concessões e autorizações</b>	<b>64.932</b>	<b>7.277</b>	<b>(567)</b>	<b>71.642</b>
<b>Subtotal</b>	<b>64.932</b>	<b>7.277</b>	<b>(567)</b>	<b>71.642</b>
Depreciação	(196)	(2.620)	-	(2.816)
<b>Total líquido</b>	<b>64.736</b>	<b>4.657</b>	<b>(567)</b>	<b>68.826</b>

- (i) O valor de R\$12 refere-se as transferências de imobilizado para intangível.

A Empresa revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 FORNECEDORES

	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>		
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	7.664	-
<b>Subtotal</b>	<b>7.664</b>	<b>-</b>
Materiais e Serviços	309	36
<b>Total</b>	<b>7.973</b>	<b>36</b>

## 7 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Meio ambiente (i)	1.810	-
Retenções contratuais (ii)	47	36
<b>Subtotal</b>	<b>1.857</b>	<b>36</b>
<b>Total</b>	<b>1.857</b>	<b>36</b>

(i) Provisão para desmobilização referente a custos socioambientais (vide nota 5).

(ii) Refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro de quotas da Tucano F5 Geração de Energias LTDA. é composto como segue:

	2023		2022	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AES Tucano Holding I S.A.	79.666	100	-	-
AES Brasil Operações S.A.	-	-	74.177	100
<b>Total</b>	<b>79.666</b>	<b>100</b>	<b>74.177</b>	<b>100</b>

Em 30 de novembro de 2023, a Empresa passou a ser controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$79.666 (R\$74.177 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 79.666.471 (74.177.471 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## 9 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de terceiros	(24)	(11)
Depreciação e amortização	(2.507)	(2.620)
<b>Total</b>	<b>(2.531)</b>	<b>(2.631)</b>

## 10 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(100)	-
Seguros	(257)	(1)
Outros	(4)	5
<b>Total</b>	<b>(361)</b>	<b>4</b>

## 11 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<b>Despesas financeiras</b>		
Amortização seguro	(126)	(126)
Outras despesas financeiras	(27)	(2)
<b>Total</b>	<b>(153)</b>	<b>(128)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(153)</b>	<b>(128)</b>

## 12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	20	20	64	64	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	7.973	7.973	36	36	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>7.973</b>	<b>7.973</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	

### 12.2 Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Empresa, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Empresa concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Empresa.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

## (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Empresa incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Empresa atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Empresa utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Empresa: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Empresa: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20	64
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>64</b>

### (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Empresa adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Empresa, bem como a operacionalização e controle destas posições.

	Menos de 3 meses	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	7.973	7.973	457
<b>Total</b>	<b>7.973</b>	<b>7.973</b>	<b>457</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

### **(c) Outros riscos considerados relevantes**

#### **(c.1) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Empresa, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das Companhias do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

#### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

##### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre

restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

## **13 EVENTOS SUBSEQUENTES**

---

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.